

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

OFENSIVA CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DOS CORPÓS DAS MULHERES

Em 2016, nos mobilizamos diariamente contra o golpe exigindo o Fora Cunha, o Fora Temer, o fim da cultura do estupro e uma vida sem violência para todas as mulheres. Entendemos o feminismo como uma luta coletiva das mulheres para mudar o mundo e suas vidas

e se expressa de várias formas: na organização das mulheres negras, jovens, lésbicas, bissexuais, trabalhadoras do campo e da cidade, nas ruas, redes e roçados. Apesar da resistência histórica das mulheres, entendemos que vivemos um momento de ameaça aos nossos direitos e aumento de ret-

rocessos. Isso porque as dinâmicas do capitalismo racista e patriarcal se atualizam impondo novas demandas sobre nossos corpos, nosso trabalho e vidas. A luta

e a rebeldia feminista sempre foram parte dos processos de mudanças e transformações. Retomamos essa memória para

que as lutas de outros tempos estejam presentes nas nossas consciências e práticas como parte de nossa revolta e de nossos sonhos. Aqui no Rio de Janeiro e no resto do Brasil, denunciemos e resistimos aos impactos dos megaventos, em especial da Olimpíadas, na vida das mulheres.

**// SOMOS FEMINISTAS
E ACREDITAMOS QUE
APENAS MUDANDO A VIDA
DAS MULHERES MUDAREMOS O MUNDO//**

MARCHAMUNDIALDASMULHERES.RJ@GMAIL.COM

WWW.FACEBOOK.COM/MARCHA.MUNDIALRIO

NAS OLIMPÍADAS DO CAPITAL TEM TURISMO SEXUAL

Nas Olimpíadas, a exclusão sobre a qual se organiza a cidade - que obedece a lógica do mercado - se intensifica, agravando a segregação sócio espacial, a concentração da riqueza e a priorização da circulação de mercadorias em ao invés da população. Espaços são privatizados, a mobilidade é ainda mais reduzida e restringida em nome da ordem. Essa segregação, que é experimentada de forma mais evidente pelas mulheres pobres e negras, as quais geralmente trabalham em lugares distantes de sua moradia, fica muito mais forte com a chegada de grandes eventos. Para possibilitar que um evento dessa magnitude ocorra, é instalado um verdadeiro estado de exceção em toda a cidade do Rio de Janeiro.

Assim, mulheres que já levam mais tempo no transporte público de má qualidade, no qual muitas vezes sofrem assédio sexual; que tem de acordar mais cedo e dormir mais tarde para realizar as tarefas domésticas e relacionadas aos cuidados; e que já tem sua rotina restrita aos espaços da casa e do trabalho, são ainda mais excluídas dos espaços públicos nos grandes eventos. Ao refletirmos historicamente sobre os tipos de turismo que o Rio de Janeiro recebe, principalmente no contexto de grandes eventos como as Olimpíadas, nos deparamos com uma triste constatação: o Brasil é um dos principais destinos do chamado turismo sexual. Homens estrangeiros viajam até aqui buscar "aventuras sexuais" com mulheres brasileiras, que tem sua imagem construída por propagandas e anúncios de turismo como sendo permissivas, selvagens, essencialmente sexuais. A construção da ideia do Brasil como local para realização de fantasias remonta as práticas do colonialismo europeu, que contribuiu com a sexualização e objetificação das mulheres negras. Nas Olimpíadas, o assédio e a violência sexual se intensificam, sujeitando as mulheres a esses abusos ao circular em uma cidade inundada de turistas que agem como se tivessem total controle e acesso aos corpos e à sexualidade das mulheres. Nessas condições, fica muito mais difícil

para as mulheres viverem uma vida que valha a pena ser vivida, pois as Olimpíadas aprofundam as desigualdades. Para entender o turismo sexual, é preciso compreender a noção de patriarcado e como ele organiza o controle dos corpos, vidas e sexualidades das mulheres. O patriarcado se estrutura a partir do controle dos homens, individual e coletivamente, sobre o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. São valores, regras, normas e políticas que se baseiam na suposição de que existe uma superioridade natural dos homens como seres humanos. Este sistema consagra o poder masculino, gera violências e exclusões, e imprime ao capitalismo atual um viés extremamente sexista. Assim, capitalismo e patriarcado se alimentam reciprocamente e se fortalecem mutuamente para manter a grande maioria das mulheres em uma situação de inferioridade cultural, desvalorização social, desigualdade econômica, invisibilidade de sua existência e de seu trabalho, mercantilização de seus corpos. A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) acredita que é preciso entender o feminismo como a luta pela autonomia dos nossos corpos, vidas e territórios, compreendendo o papel estruturante do sistema capitalista patriarcal na exploração dos nossos corpos. Nós, mulheres, não somos corpos sem vidas sem histórias, para sermos usadas, abusadas e objetificadas!

"NÓS, MULHERES, NÃO SOMOS CORPOS SEM VIDAS SEM HISTÓRIAS, PARA SERMOS USADAS, ABUSADAS E OBJETIFICADAS!"

QUEM SOMOS NÓS?

Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento. Igualdade para todas. Fortalecimento de espaços coletivos das mulheres: populares, autônomos e diversos. Ações com criatividade para enfrentar o capitalismo patriarcal, racista e lesbobifóbico. Construção de alianças com os movimentos sociais em luta para transformar o mundo. Vincular o trabalho permanente em âmbito local com os temas e processos globais. Solidariedade e internacionalismo. São estas as principais características que levaram à construção da MMM como um movimento permanente no Brasil e em todo o mundo. A MMM nasceu em 2000

a partir de uma grande mobilização que reuniu mulheres de todo o mundo em uma campanha contra a pobreza e a violência sexista, organizadas a partir do chamado "2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista". Com o êxito desta campanha, a MMM tornou-se um movimento permanente composto por mulheres de distintas trajetórias e de diversos países, buscando em comum construir alternativas feministas ao capitalismo e ao patriarcado. Atualmente, a MMM está organizada em 20 estados do Brasil, e no Rio de Janeiro estamos organizadas em diversos territórios e cidades. Para participar, entre em contato conosco através de nosso e-mail (marchamundialdasmulheres.rj@gmail.com) ou da nossa página no Facebook (www.facebook.com/marcha.mundialrio).

#NOSSOCORPO NÃOTÁ PRA JOGO: A CAMPANHA

A campanha **Nosso Corpo Não Tá Pra Jogo!** tem como objetivo visibilizar e combater as diversas estratégias do capitalismo de mercantilização dos corpos e das vidas das mulheres. No Rio de Janeiro, estas estratégias estão associadas à realização da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016, em que esta mercantilização é intensificada através da exploração sexual de mulheres, o que o capitalismo convencionou por chamar de turismo sexual. Acreditamos que a sexualidade das mulheres deve ser exercida livremente, e não mercantilizadas e banalizadas através do turismo sexual, em que as mulheres são, mais uma

vez, colocadas à venda e submetidas às relações de dominação do homem sobre a mulher. Além disso, é importante destacar que, a rede do turismo sexual comporta também o tráfico de mulheres, a indústria pornográfica e a exploração sexual de crianças e adolescentes, movimento bilhões de dólares anualmente e lucrando com a mercantilização dos corpos e das vidas das mulheres.

NAS OLIMPÍADAS DA EXPLORAÇÃO, QUEM GANHA É O CAFETÃO

A promoção do turismo sexual durante as Olimpíadas está associada, também, à propostas de “regulamentação” da prostituição. Por que a maior parte das pessoas que estão no mercado da prostituição são mulheres? Como é possível que os homens obtenham prazer de pessoas que se encontram em uma situação explícita de subordinação? Essas são algumas questões importantes para o debate, em um momento em que a indústria do sexo movimentou bilhões de dólares em todo o mundo, combinando a pornografia, a prostituição e o tráfico de pessoas. No Brasil, o debate é acentuado pela proximidade das Olimpíadas e por propostas de regulamentação das casas de prostituição, ao mesmo tempo em que a prostituição cresce nos arredores de grandes obras de desenvolvimento.

Mas a prostituição também cumpre um papel econômico, seja como um negócio mundial, seja no controle cotidiano por cafetões e cafetinas e a ideia de que as mulheres em situação de prostituição ficam com parte significativa do dinheiro é falsa. O esquema da prostituição é diverso, mas na maioria das vezes as mulheres precisam pagar aluguel de quarto, lençol, produtos e segurança. Revelar estes fluxos é importante para se conhecer os circuitos da prostituição. É importante compreender que, muitas vezes, esses circuitos são compostos, ainda que muitas vezes ocultos, por agentes do poder público, como a polícia e setores do mercado clandestino, como o tráfico de drogas. A inauguração do primeiro estádio pronto para a Copa do Mundo, o Castelão, em Fortaleza (CE), foi marcada pelas denúncias da exploração sexual de menores, em um contexto de extrema pobreza. Reportagens relataram casos de programas em troca de um prato de comida ou 10 reais e, ainda, em troca de acesso à drogas, como o crack. As redes da prostituição e do tráfico de drogas caminham juntas, e o poder público, que investiu bilhões para a construção do estádio, não investe o suficiente no combate à exploração sexual e na garantia de condições de vida dignas para a população do entorno, que não tem o direito a saúde, moradia, alimentação e educação assegurados. Somada à situação de desigualdade e pobreza, as meninas pobres viram alvo fácil das re-

des de aliciadores. Chama a atenção o fato de que muitas meninas afirmam ter no horizonte a expectativa de conhecer um homem estrangeiro que as tirem de sua realidade. Isso demonstra, por um lado, que a realidade da vida destas meninas não é satisfatória e por isso querem ir para longe e, por outro lado, que a situação de extrema desigualdade em que se encontram, reforça a expectativa de relações que são calçadas na dependência aos homens. Há um crescimento do setor do turismo e da indústria do entretenimento vinculado à indústria do sexo. Em muitos lugares, estes setores são considerados uma estratégia de desenvolvimento. Instituições como o Banco Mundial concebem o turismo como meio de obter crescimento econômico em países pobres, concedendo empréstimos para o desenvolvimento deste setor. Assim, eles contribuem para a criação de um marco institucional mais amplo que inclui a indústria do entretenimento que, indiretamente, fomenta o comércio sexual. As mulheres que estão na indústria do sexo se tornam um fator crucial para impulsionar a indústria do entretenimento e do turismo, gerando lucros para as empresas e divisas para os governos, a partir da propagação de imagens e símbolos que objetificam seus corpos e legitimam formas violentas e hierárquicas de conceber a sexualidade. Estas conexões são estruturais e não apenas um efeito colateral do desenvolvimento econômico. Em algumas cidades brasileiras, o turismo é um dos principais setores econômicos.

“AS REDES DA
PROSTITUIÇÃO
E DO TRÁFI-
CO DE DROGAS
CAMINHAM
JUNTAS”

REVELANDO A HIPOCRISIA PATRIARCAL DA REGULAMENTAÇÃO

Está em debate no Brasil, mais uma vez, a regulamentação da prostituição, através do chamado “PL Gabriela Leite” (PL 4211/2012). O que estava, e continua, em jogo nas posturas de regulamentação da prostituição é a legalização dos cafetões e empresários do sexo. Haja vista que o antigo projeto de lei, proposto por Fernando Gabeira, e o atual projeto de Jean Wyllys, não visam assegurar direitos para as mulheres nem formas de transformar sua realidade.

Três características nos colocam contrárias à esta proposta do PL e às demais propostas que buscam normatizar, liberalizar a prostituição: a primeira é a normatização, por parte do capitalismo patriarcal, de uma forma de sexualidade patriarcal com o objetivo de estender e ampliar o mercado e o controle sobre o corpo e sexualidade das mulheres. A segunda é tratar a prostituição como resultado de comportamentos individuais, e não como parte de uma instituição organizada. O terceira é a hipocrisia frente ao caráter androcêntrico da sexualidade, quando se fala em uma suposta liberdade sexual das mulheres, mas onde as mulheres têm limitadíssimos espaços de decisão e entraves concretos para traçar caminho próprio, sendo pautadas pela norma masculina.

É preciso considerar que a lei regula e educa as práticas sociais. Regulamentar a prostituição significa, portanto, legitimar a prática dos prostituidores. Aqui não se trata apenas dos agenciadores, mas dos homens que são os consumidores da prostituição e se beneficiam neste modelo. O estigma e marginalização recaem sobre as mulheres, enquanto os homens prostituidores são preservados. Assim, a regulamentação consolida para a sociedade a mensagem de que o acesso dos homens ao corpo das mulheres por meio do dinheiro é legítima e aceita. Uma pergunta é por qual razão é tão fácil o convencimento de que a “escolha” pela prostituição tem a ver com a satisfação do desejo das mulheres?. Por que acreditamos que o mercado – que não funciona para cultura, não funciona para educação, não funciona para o meio ambiente – vai funcionar para a emancipação da sexualidade feminina? É necessário debater sobre o modelo que orienta a construção da nossa sexualidade, as premissas que lhes dão sustentação, como já consideramos anteriormente. Temos que nos

perguntar se, em termos de política pública, a regulamentação é a única coisa que se pode oferecer para as mulheres em situação de prostituição. O que faz com que tanta gente esteja convicta de que o que está em jogo é a autonomia das mulheres de venderem sexo, e não a garantia e legitimidade do lucro de cafetões e cafetinas, da legalização da indústria do sexo, pura e simplesmente? Será que a voz das mulheres que praticam sexo por um prato de comida ou por um real nos cinemas pornôs de São Paulo está sendo ouvida? As jovens, em sua maioria adolescentes ou crianças que se prostituem pelas estradas são simples prestadoras de serviços? Será que pais que prostituem suas filhas ainda crianças, estão preparando profissionais autônomas?

Ao afirmar que “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, a Marcha Mundial das Mulheres se posiciona em um campo que questiona profundamente as desigualdades do sistema capitalista, patriarcal e racista. Propõe um horizonte no qual haja a real superação da divisão sexual do trabalho, o fim da violência contra as mulheres e em que prevaleça a autonomia das mulheres, em relações de liberdade que só podem se realizar, para todas as mulheres, com a igualdade.

No que se refere às mulheres prostituídas é urgente a aposentadoria como parte de uma política de seguridade social universal. Assim como são necessárias políticas de ação afirmativa decididas em conjunto com as mulheres prostituídas, seja no campo econômico ou de direitos sociais. São necessárias ações efetivas do Estado para por fim à violência e discriminação das mulheres em situação de prostituição quando vão a consultas médicas, ou quando tentam denunciar nas delegacias alguma violência que sofreram.

Ou seja, o Estado tem que ser demandado e precisa assumir um papel ativo na transformação da vida das mulheres prostituídas. No Brasil, frente ao turismo sexual e ao aumento dessa prática na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, são necessárias campanhas de prevenção e denúncia. Por fim é necessário ter políticas que punam de fato os agenciadores, aliciadores, empresários do sexo e também os clientes. Estamos em marcha até que todas as mulheres sejam livres!



“
**SEGUIREMOS
EM MARCHA ATÉ
QUE TODAS
SEJAMOS
LIVRES!**
”